

Cativeiro e compromisso no Apocalipse

O profeta João aborda no seu livro o sofrimento e a miséria em que viviam algumas comunidades marginais e oprimidas do cristianismo da Ásia Menor. Mas os textos religiosos do Novo Testamento (é nesta perspectiva que eles devem ser lidos) não foram escritos para nos relatar a situação de opressão tal e qual ela se dava. O texto bíblico envolve esta opressão com uma rede de palavras. Esta rede de palavras dá sentido ao sofrimento e provoca a expectativa de que ele seja superado. No caso dos apocalípticos, a expectativa de salvação tinha que estar vinculada à consciência da chegada de momentos piores ainda do que os vividos. Apocalíptica é literatura de crise radical, do “quanto pior melhor”, poderíamos dizer. Era uma forma de exigir compromisso radical do grupo. Ou se está preparado para enfrentar o martírio (e experimentar a libertação) ou a exclusão da comunidade parece inevitável.

Poderíamos dizer que os temas recebem um duplo tratamento no Apocalipse: o da realidade e o da projeção (ambos, no entanto, já são interpretativos). Este amplifica e redimensiona o objeto tratado. Um exemplo: o culto imperial era difundido na Ásia Menor e é provável que tivesse sido incrementado no período dos Flávios, mas a descrição do culto imperial que temos em Ap 13 não pode ser entendida como uma descrição da realidade. Trata-se de uma interpretação que a avalia e qualifica (poderíamos dizer, demoniza). Em Ap 13 João quer dizer que o imperador e o império cumprem a função escatológica de adversários de Deus nos moldes de Daniel. Ao fazer esta ligação simbólica com o texto de Daniel, João está avaliando e denunciando o império.

A linguagem apocalíptica é entendida como uma linguagem politicamente inviável. Devido à sua radicalidade ela não constrói parâmetros de ação na sociedade. Se a visão da história e da sociedade na apocalíptica são demasiado sectárias, é bem possível que ela tenha o dom de avaliar bem ideologias e processos históricos.

Nesta perspectiva gostaria de abordar o tema do cativo no Apocalipse de João: o cativo como parte da realidade das comunidades leitoras até a sua interpretação. Diante da ameaça e da realidade do cativo, o Apocalipse exige uma ética da radicalidade. Também me interessa a pergunta se o Apocalipse, no emaranhado de metáforas, números e ais, é capaz de avaliar a sociedade em que viviam as comunidades. A estas questões seguem tentativas de aproximação.

1) JOÃO, O PROFETA CATIVO

João se apresenta no começo do livro: “Eu, João, vosso irmão e companheiro na tribulação, na realeza e na perseverança em Jesus, encontrava-me na ilha de Patmos, por causa da palavra de Deus e do testemunho (*martyria*) de Jesus” (1,9).

Nesta sua auto-apresentação João dá as pistas de como sua atuação e sua mensagem devem ser entendidas. Ele se apresenta como companheiro de suas comunidades na “tribulação, na realeza e na perseverança em Jesus”. Se entendermos em que termos ele se refere à sua tribulação, poderíamos talvez entender também um pouco sobre a realidade de seus leitores, já que são “companheiros”, ou seja, gente que tem coisas em comum.

Antes de descrever sua própria situação, João a qualifica como “tribulação” (*thlipsis*). Com o uso desta palavra João já está qualificando o seu sofrimento e o dos seus leitores como algo que explode os limites do cotidiano. Ele refere-se a um sofrimento do final dos tempos, à perseguição escatológica. Em Ap 7,14 a palavra tribulação está relacionada diretamente ao martírio dos justos. A ligação entre estas três palavras: tribulação, perseverança (em outros lugares traduzida por paciência) e reino não deixa dúvida quanto ao caráter escatológico do sofrimento.

Isto mostra que João não queria que sua comunidade encarasse o sofrimento como algo que deveria fazer parte integrante do seu cotidiano, como algo normal a que tivessem que se resignar. O sofrimento foi apresentado por ele como algo que inicia um estágio irreversível de “dores de parto”. Neste sentido o sofrimento não deixa de ser um pré-anúncio de libertação.

Como co-participante do sofrimento de seus leitores, João se apresenta como alguém que está em Patmos “por causa da palavra de Deus e do testemunho (*martyria*) de Jesus”. Entre os pesquisadores foram levantadas três possibilidades de entender esta referência: a) João teria ido a Patmos para fazer missão; b) teria se retirado a esta ilha para receber a visão apocalíptica; c) havia sido deportado para Patmos.

Opto pela última alternativa. João havia sido relegado para Patmos como prisioneiro político. Os indícios para se chegar a esta conclusão são fortes: temos o testemunho de Eusébio de Cesaréia (*História Eclesiástica* III, 18.1), além do fato da ilha ter sido usada para confinar presos políticos. Para fundamentar melhor esta leitura é importante lembrar que a construção do original grego não suporta a leitura “a fim de que”, antes deve ser traduzida como “por causa de”. O texto não suporta gramaticalmente a interpretação: “a fim de que dê testemunho”.

Aqui temos o tema do cativo pela primeira vez no livro do Apocalipse. O autor do livro é um cativo. João foi deportado devido à sua fidelidade a Jesus e

ao seu Evangelho. Não sabemos quais teriam sido as causas concretas de seu exílio, nem quem o determinou. O mais provável é que João tenha sido confrontado com exigências de fidelidade ao Estado no culto imperial e que ele, fiel a Jesus, tivesse se recusado a dar estes sinais de fidelidade (a religião do culto imperial nada mais era que uma religião de demonstração de fidelidades políticas). Não precisamos imaginar que o imperador pessoalmente tivesse ordenado o exílio de João – os cristãos ainda eram “peixe pequeno” para tanto. O mais provável é que os magistrados locais, de Éfeso ou de alguma grande cidade da Ásia Menor, tivessem punido João com o desterro por perturbar a ordem pública ou por negar os gestos de fidelidade ao imperador.

O Apocalipse é escrito a partir da perspectiva de quem está no cativo. Nele João propõe a libertação como novo êxodo. Desta situação é que ele pode ser solidário com outros cristãos e cristãs ameaçados de cativo. João também amplia seus horizontes. Não vê somente o seu destino e o das suas comunidades. É capaz de ver todo o cosmos submetido a um grande cativo...

2) COMUNIDADE AMEAÇADA DE CATIVO E MARTÍRIO

O Apocalipse de João é, antes de tudo, um escrito pastoral. Nisto ele se diferencia de alguns apocalipses judaicos. João não está preocupado em elucidar os mistérios do mundo e da história; ele quer antes de tudo mostrar a importância do momento que vivem as comunidades e exortá-las à fidelidade. A sua estratégia é convencer seus leitores de que eles vivem um momento muito especial de sofrimento, que este sofrimento não é parte constituinte do seu destino, mas sim o momento de decisão da história. Neste sentido o Apocalipse é diferente de outros escritos bíblicos. Não enfoca em primeiro plano o cotidiano. Parte do cotidiano de sofrimento para o momento de colapso da história. A história para ele está caminhando a um momento de ruptura.

O apelo pastoral é muito forte nas chamadas “sete cartas do Apocalipse”. Estas cartas são dirigidas às igrejas que sofriam influência de João e de seu grupo de profetas. O objetivo delas é exortar e consolar, alternando promessa e advertência. Em algumas delas nós encontramos situações de cativo.

A comunidade de Esmirna era afligida por “aflição e pobreza” (2,9). Ela sofre “blasfêmias” do grupo que João chama de “sinagoga de Satanás”, os tais que “se afirmam judeus e não o são” (2,9). Estas afirmações pesadas e que chocam os que hoje são engajados no diálogo ecumênico, parecem descrever uma situação de conflito acirrado entre o grupo de João e as sinagogas judaicas, que eram marcadamente pró-romanas. Este tipo de conflito parece ter sido muito freqüente no primeiro século. À medida que as comunidades cristãs vão proliferando, a comunidade judaica se via ameaçada. E isto não só se devia ao fato de os cristãos concorrerem no mercado religioso (e, o que é pior, pescavam no aquário dos outros), mas principalmente ao fato de o discurso político dos cristãos (ou de boa parte deles, como o grupo de João) ameaçar a estabilidade que a sinagoga havia alcançado na sociedade. A religião judaica era “religião lícita” aos olhos das autoridades do império, e como tal a sinagoga mantinha um grau considerável de cooperação com o poder político. Mas a emergência de um discurso “politicamente incorreto” à margem da sinagoga poderia ameaçar o seu status. É por isso que este distanciar-se oralmente (“blasfemar”) por parte dos judeus era estratégico.

Eles precisavam dizer aos gregos e às autoridades: “não temos nada que ver com o projeto desta seita, não nos identificamos com Jesus de Nazaré”. Esta mesma estratégia de distanciamento público e oral vemos também em At 13,44-45. O império criava uma tensão tal entre os povos oprimidos que, parodiando Marcos 13, “irmão entrega irmão”. E isto não só da parte dos judeus. Basta ver a opinião de João acerca da sinagoga.

É possível que este conflito tenha desembocado em um processo de dimensões mais amplas: o de expor-se às autoridades do império como politicamente perigoso. João faz a ponte entre o conflito dentro da comunidade religiosa e a intervenção do Estado:

“Não tenhas medo do que irás sofrer. Eis que o Diabo vai lançar alguns dentre vós na prisão para serdes postos à prova. Tereis uma tribulação de dez dias. Mostra-te fiel até à morte, e eu te darei a coroa da vida” (2,10).

Só o Estado poderia meter os cristãos atrás das grades. Mas vejam que este cativo já não é descrito como um mero ato de repressão política. O *Diabo* os lançaria à prova por dez dias. O ato de repressão política se transforma em um ato do final dos tempos. O uso desta terminologia escatológica quer dar uma interpretação ao fato. É o Diabo que está por trás do império, como tal o império é inimigo de Deus e do seu reino. A repressão se transforma em provação, de algo contingente a algo necessário, de uma situação desconexa a uma chance de demonstrar fidelidade a Deus. A delimitação do tempo de perseguição em *dez dias* quer dizer que o tempo é limitado (não é sofrimento a perder de vista) e que é limitado por Deus, ou seja: a história está sob o controle de Deus. A promessa de receber a coroa da vida sugere no nível simbólico a troca de poder político: o oprimido é que terá a coroa da vida (coroa = poder).

O tema do cativo também é presente na carta à comunidade de Pérgamo:

“...sei onde moras, onde fica o trono de Satanás. Tu, porém, seguras firme o meu nome, pois não renegaste a minha fé, nem mesmo nos dias de Antipas, minha testemunha fiel, que foi morto junto a vós, onde Satanás habita” (2,13).

Se em Esmirna o problema começava dentro do conflito inter-religioso (comunidade de João x sinagoga), aqui ele está diretamente vinculado ao poder. Na cidade de Pérgamo, encontrava-se o “trono de Satanás”. Ainda é discutido o significado desta expressão, mas é bem provável que estivesse relacionado ao Templo de Augusto e de Roma, construído em 29 dC no centro da cidade. Se esta nossa identificação é correta temos uma crítica muito forte ao império, pois o imperador era considerado um ser divino que trazia a ordem e a paz.

O fato de a comunidade ser vizinha deste “trono de Satanás” fez com que ela tivesse sido provada. João os está elogiando por uma prova pela qual eles já passaram. Nesta ocasião é assassinado Antipas. O seu assassinato está diretamente relacionado com a exigência de prestar culto ao imperador (ver repetição de expressão: “morto junto a vós, onde Satanás habita”).

Não sabemos nada sobre Antipas além do que lemos no texto bíblico. A tradição eclesial afirma que ele teria sido o bispo de Pérgamo. Apesar de o clero ter-se atribuído esta honra, a única coisa que podemos saber sobre ele é que

foi assassinado em um possível ataque do culto imperial à comunidade de Pérgamo. Antipas foi provavelmente a única vítima, mas a ameaça pairava sobre toda a comunidade. O tema do cativo não é mencionado explicitamente. No entanto, é provável que tivesse feito parte de suas vidas. Esta situação de poder ou não “renegar o nome” do Cristo pressupõe cativo e tortura.

Como a comunidade do Apocalipse deveria enfrentar-se com esta situação? Este texto nos remete à leitura de Ap 13.

3) ÉTICA EM DIAS DE CATIVO

Não temos espaço para analisar aqui todo o texto de Ap 13 e para interpretar os símbolos relacionados com cada besta. Remeto o leitor a comentários e artigos no final deste texto. Quero esboçar rapidamente a minha interpretação do texto e deter-me no seu centro, no v. 10. Ele se insere entre duas visões:

v. 1-8

A primeira besta surge do mar. O mar está relacionado com Roma, seja em relação ao Mediterrâneo (o *mare nostrum*) ou em relação ao mar Egeu, de onde vinham os romanos.

A besta é uma fusão das quatro bestas de Dn 7. Em Daniel elas se sucediam, no Apocalipse elas se somam: Roma é a soma de tudo que há de opressor no mundo.

Uma das funções da besta era a de proferir palavras arrogantes e blasfemas contra Deus e seu povo. Isto parece ser uma referência à pretensão divindade atribuída ao imperador romano.

O seu poder foi outorgado pelo dragão (= diabo): o Império Romano é mais que uma potência política, econômica e militar, ele é o representante de tudo o que contraria o reino e a atuação de Deus no mundo.

À besta “foi dada permissão para guerrear contra os santos e vencê-los; e foi dada autoridade sobre cada tribo, povo, língua e nação”. O duplo uso do verbo “dar” (*edothê*) em passivo indica que a besta tem um poder falso, na verdade é Deus que lhe permite/dá este poder. Ainda que pareça contraditório (que Deus permita que a besta pratique opressão e injustiça), a idéia é que ainda que a besta oprima, todo poder e autoridade na história pertencem em última instância a Deus. Os apocalípticos preferem incorrer nesta contradição do que abrir mão de um pequeno pedaço da autoridade de Deus na história.

A besta tem poder para agir por quarenta e dois meses: seu tempo de atuação blasfemando e perseguindo é limitado. Isto contrasta com a eternidade do domínio do Cordeiro, em 5,13.

v. 11-17

A segunda besta é uma farsa. Ela não tem identidade e autoridade própria. Sua função é imitar e promover culto. Tem aparência de cordeiro, mas tem voz de

dragão. Atua propagando o culto da primeira besta através de milagres e maravilhas.

O seu aspecto e atuação não são repugnantes, como normalmente são interpretados. Parece que João quer é desencantar membros de suas comunidades que estavam fascinados com a aparência desta besta. Sua função não é de ofender ou ferir, antes quer seduzir.

A visão desmascara este encanto: a besta oprime e mata. Ela reduz todas as pessoas em escravas e monopoliza o acesso ao alimento e bens de primeira necessidade controlando o poder de comprar e vender. Os cristãos, que não possuem a “marca” da besta, ficam fora do mercado.

Ela vem da terra: é a besta asiática. Creio que João está fazendo referência às elites da Ásia Menor. Elas tinham interesse em manter as melhores relações possíveis com Roma, com a qual estavam cooptadas. Para isto elas tinham duas formas de coagir. Uma era o culto imperial, que estava nas mãos das famílias mais ricas e tradicionais da Ásia. A outra forma era a de excluir do mundo do trabalho e do comércio. Quem não cumpria suas obrigações para com a sociedade e o Estado não podia exercer uma profissão ou vender seus produtos na feira.

Entre estas duas visões encontram-se os v. 9-10:

Se alguém tem ouvidos ouça:
Se alguém está destinado à prisão,
irá para a prisão;
se alguém deve morrer pela espada,
é preciso que morra pela espada.
Nisto repousa a perseverança e a fé dos santos.

A inserção destes versos entre as visões pode sugerir uma estrutura concêntrica para o capítulo. Este oráculo é uma referência direta aos leitores sobre como devem agir frente à situação descrita nas visões.

Não bastassem as dificuldades normais de interpretação, o texto tem problemas de crítica textual. Não há certeza sobre qual é a variante mais antiga. Entre as várias possibilidades existe uma que altera muito a interpretação do texto:

“Se alguém mata à espada, deve morrer pela espada” (era a leitura preferida pelo *Novum Testamentum Graece 25*, mas abandonada nas edições seguintes!)

Ela sugeriria que o Apocalipse estivesse tentando reprimir algum tipo de resistência violenta que estaria se organizando na comunidade. Aí valeria o alerta: se alguém cometer um ato de violência vai sofrer com isto.

Não sou desta opinião. Apesar de não poder descartar totalmente a variante, o Apocalipse não parece discutir com cristãos que propusessem resistência armada. Além do mais, que resistência esta pequena comunidade poderia oferecer ao império? Pelo contrário, é João que se utiliza de imagens violentas para descrever o castigo dos ímpios. Ele parte para o ataque contra comunidades que ou desanimavam frente às perseguições ou se ajustavam demais ao império (compare 2,8-11 com 3,14-22).

O texto é uma alusão a Jeremias 15,2 e não a Mateus 26,52 (“todos os que pegam a espada, pela espada perecerão”), como muitos gostariam que fosse. O fechamento do v. 10 apóia a leitura proposta: “Nisto (na possibilidade de ser preso e de ser morto) repousa a perseverança e a fé dos santos”.

A afirmação central do texto, no entanto, não está no entregar-se à prisão e à morte. O texto quer enfatizar que as diferenças serão mantidas, que as comunidades não serão cooptadas pelo império e que não negarão sua fidelidade ao Cristo.

O cativo aparece em duas dimensões no capítulo 13. Por um lado, é a situação de todos os seres humanos oprimidos e dominados pelas bestas. A besta que emerge do mar tem autoridade sobre toda “tribo, povo, língua e nação” (v. 7). A besta que emerge da terra submete ao sistema todas as pessoas, “pequenos e grandes, ricos e pobres, livres e escravos” (v. 16). O sistema as obriga a cultuá-lo e a obedecê-lo. Não há liberdade. O cativo é parte da condição de todas as pessoas.

A outra dimensão de cativo é a experimentada pelas pequenas comunidades cristãs apocalípticas da Ásia Menor, que se recusavam a obedecer ao império e a sua ideologia. Os cristãos viviam “com um pé na cela”, por assim dizer. Eles estavam denunciando uma realidade que os afetava mais que a todos, enquanto minoria religiosa e enquanto questionadores da *pax romana*. Mais que um oráculo, o v. 10 expressa denúncia.

No capítulo 13 eles também demonstram que são mais que oprimidos e cativos. São pessoas conscientes de sua situação de cativos, são capazes de conhecer os motivos de sua opressão e, como comunidade profética, aguardam de forma conseqüente (eticamente) o momento do novo êxodo.

Existem muitas referências ao cativo no Apocalipse de João, a maioria delas vinculadas a temas do Êxodo:

– O Cristo é apresentado como o que resgata com seu sangue (como cordeiro pascal) para Deus “homens e mulheres de toda tribo, língua, povo e nação”, os quais “reinarão sobre a terra” (5,9-10).

– O desfecho da história é apresentado por um ciclo de pragas escatológicas que lembram muito as pragas do Egito (ver por exemplo a praga das águas que se transformam em sangue, 16,4).

– No canto fúnebre de Babilônia a comunidade é exortada a abandonar a cidade para não ser punida junto com ela: “Saí dela, ó meu povo, para que não sejais cúmplices dos seus pecados e atingidos pelas suas pragas” (18,4). A ordem de abandonar a cidade lembra o tema de abandonar Sodoma e Gomorra antes de sua destruição.

– A Nova Jerusalém é apresentada como cidade aberta: “suas portas nunca se fecharão de dia” (21,25).

Estas referências não se encontram em exata simetria com a situação cotidiana destas comunidades. Além de avaliar os casos concretos de prisão e martírio, o livro desperta a consciência de que o cativo assume dimensões ainda mais amplas. Toda a *ecumene* é cativa. A participação na sociedade está condicionada a certas lealdades, sem as quais a exclusão parece inevitável. A solução do Apocalipse é radical: que se torne de direito o cativo que já existe de fato.

Tratava-se apenas de um passo a mais para cristãos que já se encontravam excluídos da sociedade. Apesar de a resposta do Apocalipse ser muito radical, talvez até exótica aos nossos olhos, ela é com certeza motivada pela pergunta de uma verdadeira cidadania.

SUGESTÕES DE LEITURA

Carlos MESTERS. *Apocalipse, esperança de um povo que luta*. Edições Paulinas, São Paulo, 1991.

Jorge PIXLEY. As perseguições: o conflito de alguns cristãos com o império. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, v. 7. Editora Vozes, Petrópolis, 1990, p. 76-88.

José ADRIANO FILHO. O julgamento da Babilônia. In: *Mosaicos da Bíblia*, v. 14. Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Paulo, 1994.

Pablo RICHARD. *Apocalipsis, reconstrucción de la esperanza*. Editorial DEI. São José, 1994.

Pierre PRIGENT. *O Apocalipse*. Edições Loyola, São Paulo, 1993.

Paulo Augusto de Souza Nogueira
Rua do Sacramento, 230
09731-970 São Bernardo do Campo, SP